

Márcio Kallume



## Jobim defende obrigatoriedade do serviço militar

Ministro da Defesa manifesta-se no Senado contra propostas em tramitação no Congresso que tornam facultativa a prestação do serviço militar. **7**

## Homenagem a Pinotti, médico e deputado

Presidida por José Sarney (na foto, ao lado de Eduardo Suplicy), sessão foi suspensa ontem em pesar pela morte de José Aristodemo Pinotti. **2**



Gerardo Magela

# Documentos pessoais podem ter número único

Unificação está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça e que será agora examinado pelo Plenário

Os brasileiros poderão unificar pelo número de registro da identidade civil numerações de documentos como CPF, carteira de trabalho, carteira de habilitação e passaporte. A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), segue agora para o Plenário. Em mais um esforço concentrado para limpar a pauta, a

CCJ aprovou vários outros projetos, como o que regula a ação das Forças Armadas em terras indígenas, o armazenamento de livro contábil em meio eletrônico e a isenção tributária para instrumentos musicais importados.

Com o objetivo de interiorizar a Justiça Federal, foi acolhida proposta que cria 230 varas federais. **4 e 5**



Wilson Dias/Abn

Com Mercadante à frente, petistas deixam a residência de José Sarney

## Bancada do PT ouve Lula antes de definir posição

Dez dos 12 senadores do PT reuniram-se ontem à noite com José Sarney na casa do presidente do Senado. O líder da bancada, Aloizio Mercadante, disse que o partido só vai adotar uma posição sobre a situação no Senado depois de conversar com o presidente Lula, que

chegaria ainda ontem à noite ao Brasil. A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, afirmou que a responsabilidade pela crise é de todos os senadores e não apenas de seu pai. O PR exigiu a "imediata reestruturação" do sistema administrativo do Senado. **3**



Márcio Kallume

Com esforço concentrado, a Comissão de Justiça está conseguindo esvaziar a extensa pauta de matérias

## Bebida alcoólica para menor pode dar quatro anos de prisão

A venda ou a oferta de bebida alcoólica a menores poderão sujeitar o infrator a pena que varia de seis meses a quatro anos de

detenção, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Pela proposta, que ainda

será examinada pela Comissão de Justiça, são puníveis também o gerente ou proprietário do estabelecimento onde ocorra a prática. **8**

### Código de TRÂNSITO BRASILEIRO

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Sessão deliberativa do Senado foi suspensa em razão da morte do médico e deputado federal José Aristodemo Pinotti, que comandava a Secretaria Municipal Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo

# Senadores lembram contribuição de Pinotti à política e à saúde da mulher

PARLAMENTARES DE TODOS os partidos usaram a tribuna ontem para homenagear o médico ginecologista e deputado federal José Aristodemo Pinotti, que morreu na madrugada de ontem em São Paulo, aos 74 anos, vítima de um câncer de pulmão. Ele estava em seu terceiro mandato na Câmara.

Em sinal de luto pelo falecimento de Pinotti – então à frente da Secretaria Municipal Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo –, a sessão deliberativa de ontem foi levantada.

Marco Maciel (DEM-PE), o primeiro a se pronunciar, ressaltou as qualidades de Pinotti como político e profissional. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, destacou o trabalho do deputado no combate ao câncer de mama.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que, com todo o conhecimento que tinha, Pinotti “fez política para defender um sistema público de saúde, capaz de atender o conjunto da população mais pobre”.

Já o presidente do Senado, José Sarney, disse que o deputado era um homem de “espírito público extraordinário”.

– Minha filha [a governadora do Maranhão, Roseana Sarney] me disse que deve sua



Pinotti (C) em audiência no Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2008

vida ao Pinotti.

Ao afirmar que Pinotti era “um dos médicos mais conceituados do país”, Marco Maciel destacou a atenção que ele dedicou à saúde da mulher, especialmente em sua passagem pelo Hospital Pérola Byington, na cidade de São Paulo.

## Atuação

Maciel lembrou ainda a atuação de Pinotti como oncologista e como reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre outras atividades. E acrescentou que, além disso, “ele tinha uma grande vocação para a vida pública, pela política entendida como ciência, virtude e arte do bem comum”.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), que também é médico, afirmou que Pinotti

foi o único brasileiro a ocupar a presidência da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia. Destacou que ele é autor de quase cem livros científicos.

– Eu, que sou da geração seguinte, estudei Medicina nos livros escritos por Pinotti. Foi dele a ideia de instalar os primeiros hospitais dedicados à mulher – salientou o senador.

Mão Santa lembrou que Pinotti recebeu títulos de doutor *Honoris Causa* de várias universidades em todo o mundo, como a de Bolonha, na Itália.

## Seriedade

Papaléo Paes (PSDB-AP) destacou a contribuição de Pinotti à medicina.

– Pinotti foi fundamental para o desenvolvimento da medicina brasileira; um ho-

mem extremamente competente, humilde, responsável com a profissão e em todas as suas ações.

Papaléo afirmou que, como parlamentar, Pinotti atuou com a mesma seriedade demonstrada na atividade médica. “A despeito de ser uma referência em sua área, ouvia informações de outros especialistas, inclusive de outros países”. Ele era considerado um dos quatro maiores especialistas em saúde da mulher no mundo.

“Todos hoje estamos consternados”, definiu Marisa Serrano (PSDB-MS). A senadora lembrou que todos os anos, quando se consultava com Pinotti, os dois conversavam não apenas sobre saúde, mas também sobre os problemas do país.

– Ele sabia que a educação era a grande questão, era a luta da minha vida. Por isso, discutíamos muito esse assunto. Pinotti foi secretário de Educação e também de Saúde. Como médico, prestou vários serviços, entre eles idealizou o modelo do hospital especial para a mulher, em São Paulo. Recebeu as maiores honrarias do mundo – afirmou.

O deputado José Aristodemo Pinotti deixa a esposa, Sueli Pinotti, dois filhos e cinco netos.

## Luta em defesa da saúde e da educação

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou seu pesar pelo falecimento de Pinotti. Ele apresentou requerimento, assinado pelos 12 senadores do PT, solicitando a inserção em ata do Senado do voto de pesar, bem como a apresentação das condolências à família e ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

– Em tantas ocasiões participei de debates com ele nos meios de comunicação e sempre me impressionou a sua atitude séria em defesa da melhor assistência à saúde e da melhor educação.

Já Romeu Tuma (PTB-SP) disse que “Pinotti sempre foi uma pessoa admirada e respeitada politicamente”.

O senador destacou a experiência administrativa do deputado, que foi secretário de Saúde do governo estadual paulista e também secretário de Educação da cidade de São Paulo.

Tuma ressaltou a atuação de Pinotti como médico e, particularmente, sua passagem pelo Hospital Pérola Byington, localizado na cidade de São Paulo, cuja especialização é a saúde da mulher.

“O Congresso Nacional deve realmente estar de luto, esse é um momento de justa homenagem que a Câmara e o Senado devem ao dr. Pinotti”, afirmou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Convivi com ele durante muitos anos. Foi um parlamentar dedicado à causa da saúde. Como médico, teve papel importante no hospital da mulher e no atendimento a centenas de milhares de mulheres que, de alguma forma, orientava e atendia.

## “Espírito público extraordinário”

Ao suspender a sessão plenária de ontem em homenagem a José Aristodemo Pinotti, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que Pinotti “foi um político de espírito público extraordinário e, como médico, um dos maiores profissionais do Brasil em sua geração”.

Sarney lembrou que o deputado escreveu 37 livros e 1.300 artigos, “além de realizar conferências no mundo inteiro”. E destacou que, além de livros de caráter técnico, Pinotti também “manifestou em sua obra, por meio da poesia, a veia humana com a qual compreendia o mundo”.

O senador ressaltou que Pinotti era seu amigo e lembrou a atenção que, como médico, dedicou à sua família.

Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que teve a oportunidade de conhecer o deputado e acompanhar seu exemplo de homem público. Disse que, da mesma maneira que outros senadores, o tinha como médico da família.

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que a saúde pública deve muito a Pinotti e que o Brasil perdeu nesta semana “dois ilustres homens”, lembrando a morte do jurista Goffredo da Silva Telles Junior.

José Nery (PSOL-PA) ressaltou “o trabalho e a contribuição do dr. Aristodemo Pinotti à Medicina, à política e à luta por um Brasil mais justo”.

Para o senador, é muito importante ressaltar as personalidades que se destacam pelo seu compromisso com as políticas sociais e, especificamente, com a política pública de saúde.

## Compromisso com o Estado e a nação

Heráclito Fortes (DEM-PI) se disse triste e comovido com a morte da “extraordinária figura do médico e deputado” José Aristodemo Pinotti. O senador se associou ao requerimento de voto de pesar e de suspensão da sessão.

Heráclito afirmou ter tido o privilégio de conviver muitos anos com Pinotti e se declarou seu amigo, admirador e alvo da “atenção e do carinho” do deputado, que também era médico e amigo de sua mulher e de suas três filhas.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) fez questão de dizer que é filho de médico ao destacar a atuação de Pinotti na área da saúde.

– Como brasileiro do seu tempo, acompanhei-o na sua trajetória incansável na dedicação à Medicina, à política e a serviço da saúde.

Já Inácio Arruda observou que Pinotti gostava do debate e da polêmica, era um homem de opinião, “mas não um individualista quixotesco”: em suas posições havia o compromisso com seu partido, com seu estado – São Paulo – e com a nação, afirmou o senador.

– Além de médico, de um especialista em sua área, ele era um homem da política, que se ligava a causas – frisou.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que as brasileiras devem muito ao médico José Aristodemo Pinotti no que se refere à prevenção dos cânceres que as afligem, como o mamário e o ginecológico. Para Rosalba, Pinotti é um exemplo por seu trabalho humanitário e na medicina.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Congresso homenageia o cooperativismo

Sessão solene do Congresso comemora, às 10h, o 87º Dia Internacional do Cooperativismo e os dez anos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Às 14h a sessão do Senado é deliberativa. A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão que trata do programa Minha Casa, Minha Vida e por duas MPs que abrem créditos extraordinários para órgãos do Executivo.

### Chinês Liu Yunshan visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, preside às 10h, no Plenário da Casa, a sessão do Congresso em comemoração ao Dia Nacional do Cooperativismo. Às 11h, ele recebe, na sala de audiências, o presidente do STF, Gilmar Mendes; e, às 11h30, o membro do Birô Político e ministro de Publicidade do Comitê Central do Partido Comunista da China, Liu Yunshan.

### Audiência debate obra em porto no Piauí

Audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), às 8h30, visa esclarecer a situação da obra do Porto de Luís Correia, no Piauí, e a possibilidade de incluí-la no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Serão ouvidos o ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do Nascimento; e o ex-senador Elói Portela. Após, a CI analisa oito proposições.

### Greve no INSS em discussão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, às 9h, audiência conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entre os convidados, o ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel.

### Direitos e prerrogativas de advogados em pauta na CCJ

O projeto que trata do crime de violação dos direitos e prerrogativas do advogado será debatido em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antonio Carlos Bigonha; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Brito Aragão. Em seguida, a comissão analisa 18 proposições.

### Manifestações no Irã

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência com o subsecretário-geral político II do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Roberto Jaguaribe, sobre o posicionamento do Brasil frente às manifestações no Irã em razão de resultados eleitorais. Após, a comissão analisa duas proposições.

Líder petista informa que presidente do Senado aceita institucionalizar o colégio de líderes e criar uma comissão suprapartidária para gerir impasse

## PR pede reestruturação administrativa no Senado

O Partido da República (PR) divulgou nota em que exige a "imediate reestruturação" do sistema administrativo do Senado e a "mais absoluta apuração das denúncias" que vêm sendo veiculadas na imprensa sobre supostas irregularidades administrativas. O partido afirma que rejeita "a personificação" da crise administrativa que o Senado atravessa no presidente da Casa, José Sarney.

O PR considera ainda que cabe somente a Sarney decidir, "sem peias ou imposições", a posição pessoal e política que deseja adotar diante "desta crise sem precedentes".

O partido acredita que compete à Mesa, eleita democraticamente, "tomar soberanamente drásticas e urgentes medidas corretivas para debelar inteiramente, e de maneira efetiva, todos os focos de problemas administrativos".

Por fim, o partido defende a promoção imediata de uma reestruturação administrativa integral no Senado, com a devida apuração de responsabilidades por eventuais irregularidades que venham a ser constatadas.

A nota foi elaborada depois que os quatro senadores do PR – César Borges (BA), Expedito Júnior (RO), João Ribeiro (TO) e Magno Malta (ES) – reuniram-se com o presidente nacional do partido, Sérgio Tamer, para definir a posição da legenda diante da crise que atinge o Senado.

### Extremos

De acordo com a nota, o partido manifestou-se "orientado pelos princípios esposados em seu próprio manifesto de constituição, no qual afirma sua crença de que a transformação da sociedade e o aprimoramento do Estado se farão pela via intermediária, que abandona o excesso dos extremos".

Também de acordo com o documento, "cabe ao Partido da República colocar em prática seus ideais, dentre os quais considera a política uma atividade essencialmente ética voltada para o bem comum é que vem a público apresentar à sociedade seu posicionamento político acerca da grave crise que se abateu sobre um dos pilares da democracia brasileira, o Senado Federal".

## Arthur Virgílio vai ressarcir Senado de despesas com assessor

Em pronunciamento feito ontem, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que sua esposa colocará à venda bens da família como forma de levantar recursos para ressarcir o Senado das despesas com um de seus assessores durante o período em que este fez um curso no exterior. Ele solicitou ainda a quebra do sigilo bancário do ex-diretor-geral do Senado Agaciél Maia à Comissão Especial de Sindicância, que apura irregularidades na instituição, além de um levantamento de todos os funcionários efetivos e comissionados que receberam autorização do Senado para participar de cursos em outros países.

Arthur Virgílio admitiu que não bastava se arrepender da autorização que deu para que seu assessor estudasse no exterior, justificando, assim, a venda dos bens familiares para ressarcir o Senado.

O parlamentar voltou a dizer que nunca recebeu qualquer ajuda financeira de Agaciél Maia, ao contrário do noticiado pela revista *IstoÉ* desta semana. Ele reafirmou que, em viagem a Paris com a família,



Senador disse que não bastava se arrepender de ter autorizado curso no exterior

teve problemas com o cartão de crédito e pediu ajuda a um assessor, que recorreu ao então diretor-geral da Casa, o qual, segundo observou, foi ressarcido posteriormente. Arthur Virgílio também reafirmou a legalidade do reembolso feito pelo Senado a sua mãe por despesas com tratamento de saúde.

No discurso, o senador também prestou homenagem ao médico e deputado federal licenciado José Aristodemo Pinotti (DEM), que faleceu na madrugada de ontem.

– Era uma pessoa de enorme humanidade, uma figura absolutamente genial, um médico humanitário, um parlamentar sem jaça – assinalou.



Mercadante (C) afirmou, após reunir a bancada do partido, que "é preciso continuar buscando soluções para a atual crise"

## PT só vai definir posição depois de conversar com Lula

O LÍDER DO PT, senador Aloizio Mercadante (SP), disse na noite de ontem, ao sair de reunião na casa do presidente do Senado, José Sarney, que o partido só vai definir a sua posição relativa à situação do senador depois de conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegaria ainda na noite de ontem ao Brasil, depois de viagem oficial à Líbia. A reunião deverá ocorrer hoje.

Mercadante informou também que o presidente do Senado disse aceitar a institucionalização do colégio de líderes e a criação de uma comissão suprapartidária de senadores para gerir a crise. Sarney, entretanto, de acordo com Mercadante, reiterou que não aceita se licenciar. De manhã, os senadores do PT se reuniram com Sarney e propuseram a ele que se licenciasse por 30 dias.

Na ocasião, o presidente afirmou que não estaria disposto a aceitar a sugestão.

As propostas de institucionalização do colégio de líderes e de criação da comissão de senadores foram levadas a Sarney pelo PSDB na terça-feira. A comissão teria como objetivo apresentar soluções administrativas para a crise do Senado e buscar a punição dos culpados pelas possíveis irregularidades.

### Crise institucional

O líder do PT afirmou ainda que Sarney lembrou, durante a reunião, as medidas já tomadas pela Mesa com o intuito de promover mudanças na administração da Casa. Ele voltou a dizer na entrevista que essa crise não pode ser creditada apenas a Sarney. Para Mercadante, a crise é institucional.

Dez dos 12 senadores do PT

estiveram na reunião. Mercadante deve voltar a se reunir hoje com Sarney.

De acordo com informações da assessoria de imprensa da Presidência do Senado, Sarney também deveria se reunir com Lula. Porém, o encontro não aconteceria ontem.

Logo após a reunião, ontem, da bancada do PT no Senado, Mercadante disse que, como Sarney não está disposto a licenciar-se do cargo, "o Senado e os senadores precisam continuar buscando soluções para a atual crise".

O líder do PT também informou ter sugerido ao presidente do Senado que tirasse licença do cargo, mas, como Sarney não aceitou a sugestão, a bancada petista decidiu não pedir o afastamento dele publicamente, como outros partidos já fizeram.

## "Sarney fará o melhor para o Brasil", diz Roseana

Na opinião da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, a responsabilidade pela crise enfrentada pelo Senado é de todos os senadores – inclusive dela, que foi senadora – e não unicamente do seu pai, o presidente da Casa, José Sarney.

Ao deixar a residência de Sarney no momento em que ele recebia Aloizio Mercadante, líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, e outros parlamentares, a governadora afirmou que seu pai fará "o que for melhor para o Brasil".

Sobre a possibilidade de Sarney renunciar ao cargo de presidente do Senado, Roseana disse que essa escolha será exclusiva do pai, "que seguramente tomará a decisão correta, com o apoio de toda a família".



Roseana: "Responsabilidade pela crise é de todos os senadores, não só de Sarney"

– Ele sempre teve em mente que a coisa maior é o Brasil, não ele. E a responsabilidade é de todos. Dizem no Maranhão que dance quem dance, quem dá pulo é o José. Está acontecendo mais uma vez isso. Quem dá pulo é o José, que é quem está sendo responsabilizado por tudo.

Ao sair da casa de Sarney, Renan Calheiros disse que não existe fato novo que justifique a saída do presidente do Senado. O líder peemedebista negou que Sarney esteja esperando que o presidente Lula retorne da Líbia para anunciar sua decisão.

## Episódio do CQC é comentado por diretor de Polícia

O incidente que ocorreu ontem entre o repórter Danilo Gentili, do programa *Custe o que Custar* (CQC), da TV Bandeirantes, e um policial do Senado "é um tipo de conflito

que ocorre por conta da natureza do trabalho de ambos", acredita o diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, Pedro Ricardo de Araújo Carvalho.

– O comediante estava fazendo o trabalho dele e o nosso pessoal, fazendo o nosso – disse.

Segundo Carvalho, Gentili abordou o presidente do Senado, José Sarney, bloqueando a

passagem do senador, e o policial segurou o repórter pelas costas, a fim de liberar o caminho. "Gentili, quando solto, jogou-se no chão, já olhando para a câmera", afirmou.

Projeto unifica numeração de CPF, carteira de trabalho, habilitação e passaporte. Para relator, Almeida Lima, além da praticidade para o cidadão, novidade vai difi

# Documentos pessoais poderão ter nú

OS BRASILEIROS PODERÃO unificar pelo número do registro da identidade civil as numerações do cadastro de pessoa física (CPF), da carteira de trabalho e previdência social, da carteira nacional de habilitação, do passaporte e de quaisquer outros documentos necessários. A unificação está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLC 46/03), do deputado Celso Russomano (PP-SP), também exige que a carteira de identidade contenha o tipo e o fator sanguíneo do portador. Pela proposta, ainda poderá constar no documento, a pedido do titular, carimbo comprobatório de deficiência física, desde que a condição seja atestada por autoridade de saúde competente.

O relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE), apresentou voto pela aprovação da proposta. No relatório, ele afirma que a unificação de documentos dificultará a ocorrência de fraudes e propiciará o aperfeiçoamento do sistema de identificação civil. Almeida Lima explica também que a informação

sobre o tipo e o fator sanguíneo na carteira de identidade pode facilitar o atendimento médico emergencial. Já a declaração de deficiência física, segundo o senador, poderá criar facilidades ao dono do documento e evitar transtornos, especialmente na utilização do transporte público, "pois determinadas deficiências, como a auditiva ou a visual, podem não ser constatadas de maneira tão clara como outras mais evidentes".

O relator manifestou-se contra emenda apresentada por Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) a fim de determinar que o registro de identidade civil também passasse a conter expressamente o seu órgão expedidor, com o respectivo endereço, para facilitar a devolução em caso de perda. Segundo Almeida Lima, esses dados não são imprescindíveis para a recuperação de documentos perdidos. Além disso, afirma ele, poderia haver o risco de tornar os documentos desatualizados em razão da mudança de endereço dos órgãos expedidores. A matéria será ainda votada pelo Plenário.



Demostenes Torres preside reunião da Comissão de Justiça, que aprovou regras para operações da Polícia Federal em áreas indígenas, além

## Isenção tributária para instrumentos musicais importados

Os instrumentos musicais, quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins – para uso pessoal por músico regularmente inscrito no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil há pelo menos dois anos –, poderão ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Importação. O benefício está previsto em projeto de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Relatada por Osmar Dias (PDT-PR), a proposta (PLS 86/04) será agora votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CCJ também aprovou projeto (PLS 63/03) de Paulo Paim (PT-RS) que autoriza o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. De acordo com a proposta, relatada por Alvaro Dias (PSDB-PR), essa comissão terá a atribuição de examinar o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico para verificar se há informações contendo alguma forma de discriminação ou preconceito por motivo de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.

Deverão fazer parte dessa comissão representantes de órgãos federais; dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de entidades da sociedade civil; personalidades das áreas de defesa dos direitos humanos e das minorias e especialistas com notório saber nos campos da História, Sociologia e Antropologia. O projeto será votado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## Projeto cria varas para interiorizar Justiça Federal

Projeto que cria 230 varas federais destinadas, prioritariamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação de juizados especiais federais foi aprovado terminativamente pela CCJ. De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a matéria (PLC 126/09) foi relatada por Demostenes Torres (DEM-GO). O preenchimento das varas – a ser implantado entre 2010 e 2014 – irá demandar a criação de 5.060 cargos efetivos, 230 comissionados e 3.220 funções comissionadas.

Mais duas propostas de criação de cargos no Judiciário, ambos de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram aprovadas em decisão terminativa pela CCJ. O PLC 115/09 institui 19 cargos efetivos e 12 funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 20ª Região, em Aracaju. O relator foi Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O outro projeto (PLC 95/09), relatado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), cria um cargo em comissão e sete funções no TRT da 1ª Região, no Rio de Janeiro.

Projeto (PLS 301/07) de Neuto de Conto (PMDB-SC) que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais foi retirado da pauta. Junto com mais de 80 propostas relativas à reforma política em tramitação na CCJ, a matéria será encaminhada a uma comissão especial que irá sistematizar todos os projetos de mudança na legislação eleitoral.

## Conselho Nacional de Educação deve opinar sobre livros

Mudança na política do livro didático foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A ideia de envolver a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) na deliberação sobre o assunto consta do projeto (PLS 311/06) de Patrícia Saboya (PDT-CE) que recebeu de César Borges (PR-BA) parecer favorável, com emenda. A proposta será agora votada pela Comissão de Educação em caráter terminativo.

Patrícia avalia existir uma crescente inadequação entre o caráter geral dos conteúdos dos livros distribuídos em massa e a preocupação com a autonomia de cada escola para adaptar o ensino à sua proposta pedagógica. Segundo a senadora, os livros adotados costumam privilegiar autores do Sudeste. Além disso, há prejuízos com a grande rotatividade de títulos escolhidos.

A necessidade de analisar o impacto de medidas propostas sobre ações governamentais motivou Serys Shesharenko (PT-MT) a pedir vista de quatro propostas, retirando-as da pauta da CCJ: a PEC 16/08, que veda o reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão; o PLS 49/08, que tramita em conjunto com o PLS 140/08, relativo à extensão do direito à pensão por morte aos filhos e dependentes, enquanto estudantes, até os 24 anos de idade; a PEC 19/09, que concede aos "soldados da borracha" os mesmos direitos dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial; e o PLC 198/08, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para obrigar os Detrans a encaminhar relatórios semestrais de ocorrências de trânsito aos municípios.

## Frota oficial pode passar a incluir veículos flex

A frota oficial de veículos leves poderá ser integrada por automóveis ou motocicletas de motores flex fuel (movidos tanto por combustíveis de fontes renováveis como de fontes não renováveis), segundo projeto aprovado pela CCJ. Conforme a proposta (PLC 85/07), pessoas físicas que contam com reduções tributárias na aquisição de veículos leves também poderão optar por automóveis ou motos flex.

Na prática, o projeto torna menos rígida a lei que fixou a exigência, para a frota pública, de automóveis movidos apenas por combustíveis renováveis. A Lei 9.660/98 admite poucas exceções: os veículos para uso das Forças Armadas e os que servem aos titulares dos Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, além daqueles em serviço em áreas de fronteira e locais desprovidos de abastecimento com combustíveis renováveis.

Segundo a proposta, relatada por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), automóveis e motos abastecidos com mistura de combustíveis, assim como previsto na lei para os que são movidos apenas com energia de fontes renováveis, poderão também passar a contar com prazos 50% maiores na aquisição, por financiamentos ou consórcios, em comparação com os equivalentes para veículos movidos somente por fontes não renováveis. A matéria será ainda votada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA).

## Proposta regula ações das Forças Armadas em terras indígenas

Projeto de lei que regulame a atuação das Forças Armadas e Polícia Federal em terras indígenas foi aprovado ontem pela CCJ. De acordo com o texto, elaborado por Augusto Botelho (PT-RR), militares e policiais federais poderão ter livre trânsito e acesso às áreas – por aquática, aérea ou terrestre – para realizar operações e outras atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública.

A presença militar e policial poderá ocorrer também de forma permanente, por meio da instalação e manutenção de unidades, equipamentos para a fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima. As Forças Armadas e a Polícia Federal poderão ainda estabelecer vias de acesso e outras ações de infraestrutura e logísticas necessárias. Como previsto no projeto (PLS 69/04 – Complementar), as atribuições das duas instituições deverão incluir programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Para estabelecer unidades militares e policiais, de forma permanente, as Forças Armadas, pelo Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça, deverão submeter plano de trabalho ao Conselho de Defesa Nacional. Nesse plano, deverão constar localização, justificativa, edificações que serão feitas, contingente ou efetivo que será fixado na área.

A matéria, relatada pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), será apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

licultar fraudes. Nova carteira traria também tipo sanguíneo e carimbo para pessoas com deficiência

# Numero único



de isenção de IPI para instrumentos musicais e mudanças na política do livro didático

## Reforço para relatores do STJ e do Supremo

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no desempenho da função de relator de processos de competência originárias dessas duas cortes, podem ganhar o reforço de desembargadores e juizes para auxiliar nos interrogatórios e outros atos necessários à instrução dos processos.

Projeto com esse objetivo (PLC 117/09), relatado por Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por unanimidade, em decisão terminativa.

Conforme a proposta, os desembargadores poderão ser originários das turmas criminais dos tribunais de Justiça dos estados ou dos tribunais regionais federais. Os juizes serão das varas criminais dos tribunais dos estados e da Justiça Federal. A requisição deverá ser feita pelos próprios ministros relatores, pelo prazo de seis meses, prorrogável por igual período, até o máximo de dois anos.

A convocação de juizes e desembargadores vem sendo defendida por entidades de magistrados, sob a justificativa de que o STF e o STJ não foram criados para instruir processos criminais. A intenção é tornar mais rápida a tramitação de processo contra autoridades que contam com foro especial nessas cortes.

## Comissão autoriza uso de rio em usina em Roraima

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto de decreto legislativo que autoriza o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Mucajaí, em Roraima, em terras indígenas. O senador Augusto Botelho (PT-RR), que apresentou o projeto (PDL 220/07), explicou que a implantação nesse rio da Usina de Paredão já foi autorizada pelo Executivo. Segundo ele, a hidrelétrica é essencial para o abastecimento da região Norte e, sobretudo, de Roraima.

Marina Silva (PT-AC) votou contra o projeto. Ela afirmou que a matéria só poderia ser apresentada depois de estudos antropológicos e consulta prévia às comunidades indígenas que serão afetadas. De acordo com Marina Silva, esse requisito está previsto em convenção internacional ratificada pelo Brasil, o que lhe atribui força de lei. Sem isso, como entende a senadora, a proposta fica prejudicada.

Para resolver o problema da ausência desses requisitos, o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propôs emenda determinando que a autorização para o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Mucajaí fique condicionada à realização de consulta às comunidades e aos estudos antropológico e de impacto ambiental.

# Eleitores apontam importância do Senado para o país

Entre os entrevistados pelo DataSenado, 91,6% dizem que instituição é importante na solução dos problemas nacionais

PESQUISA DO DATA SENADO, realizada entre os dias 3 e 19 de junho, em 81 municípios, aponta o Senado como uma instituição importante na solução dos problemas do país. A opinião foi manifestada por 91,6% dos entrevistados pela pesquisa "O cidadão e o Congresso Nacional". Sobre a atuação parlamentar, 74% das pessoas ouvidas acham que os parlamentares cumprem em parte suas funções; 5% consideram que os senadores cumprem integralmente suas funções; e 21% entendem que eles não a cumprem.

Quando solicitados a atribuir nota de zero e dez ao desempenho dos senadores, os entrevistados apontaram a nota média 5,4. Essa foi a segunda maior média alcançada por eles,

conforme levantamentos feitos desde março de 2008.

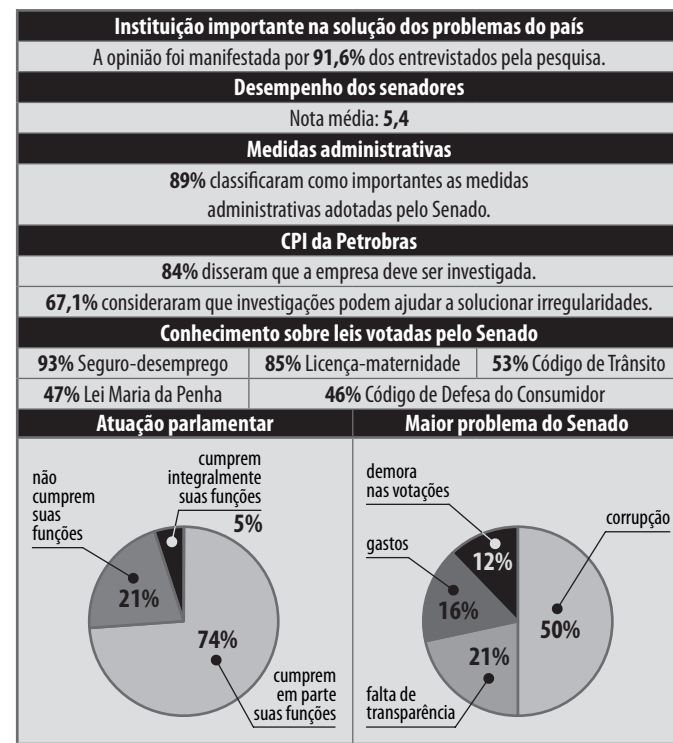
Na pesquisa, 89% dos entrevistados classificaram como importante o conjunto das medidas administrativas adotadas pelo Senado. Entre elas, está a realização de auditoria externa na folha de pagamentos.

Indagados sobre qual o maior problema da Casa, 50% dos entrevistados responderam que é a corrupção; 21% afirmaram que é falta de transparência; 16% apontaram os gastos do Senado; e 12% disseram que é a demora nas votações.

Realizado pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop), o levantamento abrangeu eleitores e potenciais eleitores, maiores de 16 anos, com telefones fixos.

## O cidadão e o Congresso Nacional

A pesquisa, realizada entre os dias 3 e 19 de junho, ouviu eleitores e potenciais eleitores, em 81 municípios brasileiros, com acesso a telefone fixo. Foram feitas 1.277 entrevistas, com margem de erro de 3%.



Fonte: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop)

## Após cirurgia para retirada do apêndice, Simon deve ter alta hoje

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) permanece em repouso e deve receber alta médica hoje, conforme informação de sua assessoria de imprensa.

Simon está internado desde o último dia 29 no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, em decorrência de uma cirurgia de emergência para a retirada do apêndice.

Segundo boletim médico divulgado no blog do parlamentar, Simon foi internado com "quadro de dor abdominal a esclarecer, sendo submetido a exames complementares e evidenciado abdome cirúrgico (apendicite)". Foi realizada uma apendicectomia.



Simon foi internado em Brasília, em 29 de junho, devido a uma apendicite

O boletim diz ainda que o procedimento foi "realizado sem intercorrências, pela equipe do dr. Rolando Montenegro Costa".

## Armazenamento de livro contábil em meio eletrônico

A CCJ aprovou ontem projeto de lei com o objetivo de autorizar a produção e a guarda da escrituração das empresas em meio exclusivamente eletrônico e de prever a dispensa do livro razão para a empresa que optar pela escrituração eletrônica. O PLS 136/03, do então senador Paulo Octávio, estabelece ainda que essa opção deverá seguir regras que serão definidas pelo Poder Executivo.

A proposta aprovada foi o substitutivo que saiu da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Autor desse texto alternativo, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que a mudança dos artigos do Código Civil que tratam do assunto concluirá a migração da escrituração em papel para o sistema eletrônico, conferindo maior estabilidade às normas e eliminando a necessidade de arquivamento de impressos com as informações já produzidas eletronicamente.

Em seu voto, o senador considerou indispensável condicionar as mudanças propostas no projeto à regulamentação do Executivo. Segundo Dornelles, isso vai garantir a existência de mecanismos eficazes de controle dos dados fornecidos eletronicamente, assegurando a identidade do informante e evitando, como observou, "falsificações, modificações posteriores e outras irregularidades facilmente previsíveis".

Como a proposta foi aprovada em decisão terminativa, poderá seguir diretamente para exame dos deputados.

## Projeto visa aperfeiçoar Portal da Transparência

Implantado há uma semana, o Portal da Transparência do Senado Federal poderá incorporar novos aperfeiçoamentos. É o que prevê projeto de resolução aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De acordo com o projeto (PRS 12/09), apresentado por Renato Casagrande (PSB-ES), além das informações sobre a execução orçamentária e financeira e das verbas indenizatórias dos gabinetes de senadores, o portal deverá trazer ainda dados sobre licitações, contratos e convênios firmados pela Casa.

A proposta prevê ainda a inclusão das despesas de passagens e diárias de todas as unidades orçamentárias e gestoras do Senado e determina que grande parte das informações deve ser atualizada semanalmente. Relatado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), com recomendação pela aprovação, o projeto vai à decisão final da Comissão Diretora – formada pelos integrantes da Mesa do Senado.

Para Valadares, a aprovação da matéria não invalida o portal já implantado, pois os dois modelos são complementares. Na justificação, o autor diz que o objetivo é dar eficácia ao princípio da publicidade, incorporando as preocupações quanto à transparência presente nas mais modernas formas de administração pública.

Casagrande assinala que o princípio constitucional da publicidade abrange muito mais que modos formais de divulgação de extratos de contratos nos diários oficiais. Hoje, salienta, o grande meio de comunicação com a sociedade é a internet.

Jonas Pereira

Senador diz que a exigência de curso superior não diz respeito à liberdade de expressão, mas sim à qualificação indispensável para a atividade profissional

## Proposta torna obrigatório o diploma para jornalista

O SENADOR ANTÔNIO Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que vincula, obrigatoriamente, o exercício da profissão de jornalista aos portadores de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação. A matéria tem como objetivo superar o impasse provocado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que anulou a exigência do diploma prevista no Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969.

A PEC, entretanto, permite que colaboradores possam publicar artigos ou textos semelhantes e os jornalistas provisionados continuem atuando, desde que com registro regular. Os provisionados são aqueles que exerciam a profissão quando foi editado o decreto-lei.

Essa legislação permitiu ainda que, por prazo indeterminado,



Valadares rebate crítica de que PEC é "uma confrontação com o Supremo"

as empresas pudessem preencher um terço de suas novas contratações com profissionais sem diploma. Conforme a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), esses profissionais provisionados possuem registro temporário para trabalhar em determinado município. O registro deve ser renovado a cada três anos e vale para cidades onde não haja jornalista interessado na vaga existente nem curso superior de

jornalismo.

– Uma consequência óbvia da não obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão seria a rápida desqualificação do corpo de profissionais da imprensa do país. Empresas jornalísticas de fundo de quintal poderiam proliferar contratando, a preço de banana, qualquer um que se declare como jornalista – argumenta Valadares.

O senador rebateu as críticas dos que acham que a PEC é uma "confrontação ao Supremo", já que esse teria tentado preservar a cláusula pétrea do texto constitucional que se refere à garantia da liberdade de expressão.

Segundo Valadares, a exigência do diploma diz respeito não à liberdade de expressão, mas sim à qualificação indispensável para uma atividade profissional que interfere diretamente, e de forma ampla, no funcionamento da sociedade.

## Bancada não chega a consenso sobre eleições para o Parlasul

Reunida ontem em Brasília, a bancada brasileira no Parlamento do Mercosul não chegou a um consenso sobre as normas para a eleição dos representantes do país no Legislativo do bloco. Apesar de essas normas regulamentarem apenas a eleição do próximo ano, existem questões para as quais não foi encontrado um modelo satisfatório, tais como a exigência do Protocolo de Criação do Mercosul para que o pleito contemple critérios de etnia, regionalidade e gênero.

A Representação Brasileira no Parlasul terá 37 vagas e o pleito será feito em 3 de outubro de 2010, simultaneamente com as eleições gerais do país. A propaganda eleitoral terá cinco minutos, de segunda a sábado, no horário destinado à propaganda por rádio e televisão.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) alertou para a necessidade de as propostas serem facilmente compreendidas pelos eleitores. Assinalou que esse é o primeiro problema a ser resolvido e defendeu o pragmatismo na elaboração das normas. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) assinalou que a legislação em debate é muito avançada

e lembrou que, no caso da Europa, os parlamentares são eleitos simultaneamente para o Congresso de seus países e para o Parlamento Europeu.

O relator da matéria na Representação Brasileira no Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), apontou a questão da lista pré-ordenada pelos partidos, que ainda não alcançou consenso. Ele argumentou que a lista é polêmica e encontra um grande desafio – adequar-se aos critérios estabelecidos pelo Protocolo do Mercosul.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) assinalou, com relação ao custo da campanha, que é mais importante evitar que essa eleição tumultue as campanhas à Presidência da República, aos governos estaduais, ao Senado e à Câmara. Tuma sugeriu a utilização de urnas separadas e a discussão prévia nos partidos.

O deputado Germano Bonow (DEM-RS) endossou a observação de Tuma de que os partidos não estão dando a devida importância ao Parlasul e ao próprio Mercosul. Como exemplo, disse que todos os líderes partidários são convidados para as reuniões da Representação Brasileira, mas nunca compareceram.

## Médicos querem sair de projeto sobre cooperativas

Durante a audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater projeto sobre cooperativas de trabalho, o representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Gurgel, afirmou que os médicos querem ser excluídos dessa regulamentação.

Para Gurgel, que também representou a Associação dos Médicos do Brasil (AMB), a natureza específica do trabalho do médico, um profissional liberal, requer condições próprias de organização, bem diferentes das previstas no projeto em tramitação no Senado (PLC 131/08).

O presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom), José Augusto Ferreira, revelou já serem 500 as cooperativas dos médicos, organizadas no Brasil inteiro. Ele e o representante da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Márcio Bichara, concordam com a tese de Gurgel.

O relator da proposta na CAS, Renato Casagrande (PSB-ES), prometeu abrir espaço para ouvir todas as categorias profissionais, se possível.

Para o representante da Orga-



José Augusto (E), Cassio Luiz, Paul Singer, Rosalba, Roberto Gurgel e Geraldo Magela

nização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Geraldo Magela, há necessidade urgente de aprovar um marco regulatório para as cooperativas – mais de 2.000 em todo o país. Ele considera boa a proposta em debate.

Segundo o representante do Ministério Público do Trabalho, Cássio Luiz Casagrande, o projeto falha ao não definir a autonomia coletiva. Na opinião do representante da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), José Paulo Crisóstomo, a proposta estabelece um marco regulatório que orienta a todos sobre direitos e deveres de

uma cooperativa de trabalho.

Conforme o presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Trabalho (ANPT), Fábio Leal Cardoso, a questão da autonomia coletiva pode ser burlada por agências de locação de mão de obra que se façam confundir com uma cooperativa de trabalho. O representante do Ministério do Trabalho, Paul Singer, disse que será necessário um decreto presidencial para regulamentar a proposta, mas assinalou ser melhor aprovar esse projeto do que permanecer com o atual "vazio legislativo que favorece a existência de fraudes, de falsas cooperativas".

## Aprovadas ZPEs em Itaqui e São Borja, no RS

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou a criação de duas zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios gaúchos de Itaqui e São Borja. Os projetos (PLS 155/09 e 130/09) são do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O parlamentar argumenta que a aprovação da ZPE de Itaqui contribuirá para promover a industrialização e o desenvolvimento da região com reflexos em todo o estado. O município está localizado na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, na sub-região fronteira Oeste, que, como ressaltou, é historicamente carente de estratégias de desenvolvimento para viabilizar sua recuperação econômica.

A ZPE de São Borja, segundo Zambiasi, contribuirá para agregar valor aos grãos beneficiados no município, por meio da industrialização e posterior venda ao exterior.

## Prioridades das transmissões da Rádio Senado

Proposta que estabelece ordem de prioridade para as transmissões ao vivo da Rádio Senado foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCTI). O projeto de resolução (PRS 16/09) de Expedito Júnior (PR-RO) tem o objetivo de normatizar o funcionamento da emissora quando ocorrerem reuniões concomitantes das diversas comissões do Senado, de comissões mistas e mesmo de sessões do Senado e do Congresso Nacional.

Pela proposta aprovada, haverá prioridade de transmissão para as sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias do Senado; em seguida para as sessões deliberativas do Congresso; e, em terceiro lugar, para as sessões solenes do Congresso; depois para as reuniões ordinárias de comissão permanente; para as reuniões extraordinárias de comissão permanente; e para as CPIs.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Nelson Jobim afirma à Comissão de Relações Exteriores que alistamento facultativo acabaria com a "mistura de classes sociais" nas Forças Armadas

# Ministro defende a manutenção do serviço militar obrigatório

O MINISTRO DA Defesa, Nelson Jobim, defendeu ontem a manutenção do serviço militar obrigatório para os jovens brasileiros. Ao ser questionado sobre propostas em tramitação no Congresso Nacional destinadas a tornar o serviço facultativo, ele sustentou, durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que a obrigatoriedade ajuda a fazer das Forças Armadas um retrato mais fiel da sociedade brasileira.

Na opinião do ministro, acabar com a obrigatoriedade do serviço militar significaria "descolar as Forças Armadas da nação". Os efetivos das três Forças são profissionais, admitiu. Mas a inclusão nelas apenas de brasileiros provenientes dos setores mais pobres da sociedade – o que poderia ocorrer com o fim da obrigatoriedade – levaria a uma situação em que as Forças Armadas seriam "pagas para defender o Brasil pela outra parte de brasileiros".

– É isso o que queremos? Nossa opção sempre foi a de ter ali um grande nivelador republicano. As formaturas de turmas de militares nas Agulhas



Jobim apresenta a Estratégia Nacional de Defesa à CRE: prioridade para a indústria nacional em licitações da área militar

Negras ou em Piracicaba sempre demonstram que existe entre os formandos uma mistura de classes sociais. Perderemos isso se o serviço for exclusivamente facultativo – alertou.

## Estratégia

Nelson Jobim foi convidado a comparecer à audiência para expor a Estratégia Nacional de Defesa, a pedido dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Em

sua apresentação, ele ressaltou a instabilidade do atual cenário internacional, onde surgem novas ameaças, como conflitos não tradicionais, guerra cibernética e existência de armas de destruição em massa.

Um dos eixos da nova estratégia, como informou o ministro, é o da reestruturação da indústria de defesa. O Brasil, disse, deixou de ser apenas um "comprador de oportunidade" de equipamentos produzidos por outros países, exportando

empregos. Jobim defendeu a mudança da atual legislação brasileira para garantir preferência, em licitações militares, a produtos produzidos no país. Ele observou que a estratégia inclui ações para os próximos 25 anos.

– Precisamos garantir a capacidade de o Brasil dizer não quando tiver que dizer não na conjuntura internacional. Daí a ligação com a estratégia de desenvolvimento do país – afirmou Jobim.

## Jobim critica redução da área da Base de Alcântara

O Brasil corre o risco de perder excelente oportunidade de se tornar um grande centro lançador de satélites, caso se confirme a redução para apenas 8.713 hectares da área destinada ao Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, com o objetivo de garantir maior extensão de terras a remanescentes de quilombolas. O alerta foi feito ontem pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, em audiência pública na CRE.

Durante a reunião, o ministro lembrou que a Base de Alcântara apresenta a melhor localização do planeta, por causa de sua proximidade com a linha do Equador – o que torna mais baratos os lançamentos de satélites. A área destinada ao centro em 1983 foi

de 62 mil hectares. A partir de um relatório antropológico a respeito dos quilombolas residentes na região, observou, o espaço foi reduzido a 8.713 hectares.

O Ministério da Defesa, segundo Jobim, está propondo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a incorporação de outros 11.287 hectares, deixando 66.713 hectares para 1.800 quilombolas. Com isso, poderiam ser instaladas no centro até 15 bases de lançamento – em lugar das três a serem erguidas caso a área permaneça restrita aos atuais 8.713 hectares.

– Não podemos perder a oportu-

nidade de expansão, pois estaríamos jogando pela janela o melhor ponto do mundo para lançamento de foguetes – disse Jobim.

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou reportagem recentemente publicada pela revista *Rolling Stone* a respeito da região de Alcântara, ao defender a busca de uma solução negociada com os quilombolas. Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que, "sem perder de vista os direitos dos quilombolas, o projeto de nação está acima das etnias".

Sérgio Guerra (PSDB-PE) per-

gunhou ao ministro quando seria concluído o processo de escolha do fornecedor dos novos aviões que equiparão a Força Aérea. Segundo Jobim, a análise técnica será concluída em agosto e, depois disso, serão levadas em conta as propostas sob o ponto de vista da transferência de tecnologia para a indústria nacional.

Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou a atuação da Marinha e da Aeronáutica na busca dos destroços do avião da Air France que caiu sobre o oceano Atlântico em 31 maio. Romeu Tuma (PTB-SP) pediu que sejam repassados à Marinha os *royalties* sobre a produção de petróleo pagos pela Petrobras e retidos pelo Ministério da Fazenda.

**Localização do centro de lançamento de foguetes é a melhor do mundo, diz ministro**

## Retrato de Heráclito na galeria de ex-presidentes de comissão

Um retrato de Heráclito Fortes (DEM-PI) foi incluído ontem na galeria de fotos de ex-presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O senador, que presidiu a comissão de 2007 a 2008, disse que experimentou nessa época os seus "dois melhores anos no Senado".

Heráclito recordou ter promovido um esforço de diplomacia parlamentar, por meio de viagens de integrantes da comissão à Ásia, à África, à América Central e ao Caribe.

Ele relatou também que, na passagem pelo Haiti, presenciou cenas de "carinho e respeito" da população local em relação às tropas brasileiras da operação de paz da ONU.

Em tom de brincadeira, Heráclito disse ainda ao atual presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que preferia estar no lugar dele a ocupar o comando da 1ª Secretaria do Senado "nesse momento de crise". A cerimônia teve a presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim.



Eduardo Azeredo (D) aplaude inclusão do retrato de Heráclito na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

## Aprovadas indicações para embaixadas

Os dois diplomatas indicados pela Presidência da República para assumir cargos de embaixadores brasileiros no exterior tiveram seus nomes aprovados ontem pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Um deles, Luiz Viana de Carvalho, foi escolhido como o primeiro representante brasileiro em Bangladesh, uma vez que o Brasil abriu recentemente a embaixada no país. Já Alfredo Cesar Martinho Leoni foi selecionado para atuar junto ao Paquistão e, cumulativamente, junto ao Tadjiquistão e ao Afeganistão. Os nomes ainda precisam passar pelo crivo do Plenário.

Alfredo Cesar Martinho Leoni fez uma análise geral sobre o Paquistão, destacando a complexidade da história do país, que somente obteve autonomia política há 62 anos, quando conseguiu independência da Índia. "É surpreendente o avanço que os governos e a sociedade paquistaneses já conseguiram nesse período, tendo passado por três guerras e várias crises de Estado", resumiu o diplomata.

Ele atentou, porém, para o cenário de instabilidade por que passa o Paquistão, descrito por ele como palco de "grande tragédia humanitária", em que 2,5 milhões de pessoas estão sendo deslocadas pelo Exército do país em uma investida contra o regime talibã.

Já Ricardo Luiz Viana de Carvalho, indicado para ser o primeiro embaixador brasileiro em Bangladesh, chamou atenção para as três principais marcas do país: a alta densidade populacional, a pobreza de seus habitantes e as catástrofes naturais. Ele informou que a elevada população do país resulta em problemas ambientais, frequentemente registrados pela mídia.

Também foi destacada pelo diplomata a implantação do microcrédito em Bangladesh, por meio do Banco Popular.

## Comissão quer saber quantas prefeituras não pagam piso a professor

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai criar grupo de trabalho formado por três senadores para fazer um levantamento sobre a quantidade dos municípios brasileiros que não estão pagando o piso nacional do magistério, fixado em R\$ 950 para os professores de educação básica e em vigor desde 1º de janeiro.

O grupo – que terá ajuda de entidades ligadas ao ensino, como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) – também fará um diagnóstico sobre o plano de carreira do magistério, a ser implementado até o final do ano.

A decisão foi tomada ontem pelo presidente da CE, senador Flávio Arns (PT-PR), após acatar solicitação de José Nery (PSOL-



Na audiência da Comissão de Educação, Ivaneide Dantas (E), Roberto Leão, o senador Flávio Arns e Cleuza Repulho

PA), durante audiência pública que discutiu piso salarial, remuneração dos professores e aposentadoria especial para cargos de direção, coordenação e assistência pedagógica.

Muitos municípios alegam não ter condições de pagar o piso salarial e nem de promover o plano de carreira. Alguns governadores chegaram a ingressar na Justiça questionando a

constitucionalidade da medida, aprovada ano passado pelo Congresso Nacional.

### Cobranças

Roberto Franklin de Leão, presidente da CNTE, pediu aos senadores que lutem para que a lei seja cumprida. Do contrário, advertiu, a lei cairá no vazio, prejudicando milhões de profissionais e o próprio ensino.

Já Cleuza Repulho, presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), disse que o problema está em saber se um determinado município possui ou não condições de pagar o piso salarial.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou “não admitir” que qualquer prefeitura deixe de pagar o piso salarial para os professores. Lembrou

que os municípios que não têm condições de bancá-lo recebem complemento da União.

Por sua vez, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) salientou que gastos com a educação não podem ser carimbados como despesa, mas sim como investimento, enquanto Cristovam Buarque (PDT-DF), autor da lei do piso salarial, voltou a defender a criação da carreira nacional do magistério da educação de base. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que a lei tem de ser cumprida e que o professor deve ser valorizado, a começar pelo pagamento de melhores salários.

Também participou dos debates a secretária de Educação de Pernambuco, Ivaneide de Farias Dantas, que pediu maior apoio da União e dos governos estaduais para ajudar os menores municípios a implantar o plano de cargos e salários.

## Venda de bebida alcoólica a menor pode ser punida com até quatro anos de prisão

Proposta, que visa sanar lacuna do Estatuto da Criança e do Adolescente, é aprovada pela Comissão de Direitos Humanos

PROJETO APROVADO ONTEM pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) estabelece que a venda ou a oferta de bebida alcoólica a menores poderão sujeitar o infrator a pena de seis meses a quatro anos de detenção. A proposta, que altera dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), será analisada ainda, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O estatuto tipifica o crime de venda ou fornecimento, mesmo que gratuito, a criança ou adolescente de “produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica”. No entanto, o autor do projeto, Tasso Jereissati (PSDB-CE), explica que têm sido frequentes as contrové-



Para Tasso Jereissati, legislação vigente não tipifica o delito de forma expressa

sias decorrentes do fato “de não haver expressa tipificação penal para a venda de bebida alcoólica para menores”.

A proposta, observa o senador, visa sanar tal lacuna e ampliar medidas para evitar o consumo de bebidas alcoólicas por crianças

e adolescentes.

O relator da matéria, Cícero Lucena (PSDB-PB), optou por unificar a pena, que varia de seis meses a quatro anos. Ele não acolheu dispositivo do texto original que diferenciava a punição para casos de oferta de bebidas para crianças e de oferta para adolescentes.

Pelo projeto, também estarão sujeitos à mesma pena gerente, proprietário ou responsável por estabelecimento onde ocorra a prática, os quais têm a responsabilidade de colocar, em local visível, a informação: “É proibida a venda de bebida alcoólica a menor, punível com detenção”.

### Honra e dignidade

A Comissão de Direitos Humanos aprovou também substitutivo da Câmara a projeto do Senado

(PLS 114/97) que assegura proteção à honra e à dignidade a grupos étnicos, raciais ou religiosos. A matéria será submetida à Comissão de Justiça.

A proposta modifica a Lei 7.347/85, que disciplina ação civil pública de responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

Paulo Paim (PT-RS), relator da matéria, concordou com afirmação do então senador Abdias Nascimento, autor do projeto, de que a diversidade e a desigualdade entre os brasileiros geram muitas vezes desigualdade de tratamento. Para o relator, as alterações feitas na Câmara fortaleceram a ação civil pública como instrumento legal de “maior relevância”.

## Comissão vai debater relato de Curió sobre mortes em guerrilha

Audiência pública a ser realizada em 15 de julho pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai debater reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* em que o ex-capitão do Exército Sebastião Curió relatou a morte, pela ditadura militar, de 16 pessoas dadas como desaparecidas na Guerrilha do Araguaia.

– É absolutamente necessário que tenhamos aqui representantes da Comissão de Anistia e do Grupo Tortura Nunca Mais para indagar sobre a participação e o paradeiro dos restos mortais dos desaparecidos. Essa é uma exigência de todos que lutam em defesa dos direitos humanos e contra os crimes da ditadura – disse o senador José Nery (PSOL-PA), autor do requerimento da audiência.

### Amazônia

Durante a reunião da CDH, a senadora Marina Silva (PT-AC)

propôs a fusão da Subcomissão do Trabalho Escravo com a subcomissão criada para tratar do acompanhamento da regularização fundiária na Amazônia. A ideia obteve o apoio do presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo, José Nery.

Marina afirmou que, dos 67 milhões de hectares a serem regularizados, apenas 7 milhões estão destinados a pequenos posseiros. Disse que esses posseiros estão desprotegidos e sujeitos a grilagem de terras, necessitando, por isso, da fiscalização dos parlamentares.

### Homofobia

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), propôs, com o respaldo dos senadores presentes à reunião, moção de repúdio pela morte de um homossexual logo após a realização da Parada Gay de São Paulo, ocorrida em 14 de junho.



Audiência pública na CDH foi proposta por José Nery

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do PLC 122/06, que criminaliza a homofobia e que está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), manifestou preocupação com o aumento de atentados que têm culminado com a morte de homossexuais. Segundo ela, desde a Parada Gay, já foram mortos cinco homossexuais e, no ano, já são 90 mortes.

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio à Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (GLBT) e condenou a violência e o assassinato de pessoas por sua opção sexual. Cristovam Buarque disse que essa é a posição de todos que lutam pela liberdade religiosa e de orientação sexual.

### Abuso sexual

Outro tema debatido na CDH foi a decisão de juiz do Mato Grosso do Sul – endossada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) – de livrar o atleta Zequinha Barbosa da acusação de abuso sexual de menor. O Judiciário considerou que a adolescente deu consentimento para que o relacionamento sexual ocorresse, segundo relato de Fátima Cleide.

– Quero repudiar essa atitude do Judiciário, que considera que, porque as menores já estavam na rua, não houve crime – disse.

## Ações de entidades em juizado especial

Pessoas jurídicas sem fins lucrativos poderão propor ações perante juizados especiais, conforme faculta projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta modifica as leis 9.099/95 e 10.259/01, que dispõem, respectivamente, sobre os juizados especiais na Justiça estadual e federal. De acordo com a legislação, micro e pequenas empresas já são autorizadas a propor ações junto a juizados especiais, considerados mecanismos importantes de acesso ao Judiciário.

O texto acolhido (Sugestão 4/07) foi proposto pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (Condesul), entidade do município mineiro do mesmo nome. Transformada em projeto de lei da comissão, a proposta receberá numeração da Mesa e será enviada para exame das comissões pertinentes.

O relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), destacou o mérito da proposta e apresentou voto favorável ao texto, com emendas. O relator substituto, Paulo Paim (PT-RS), acolheu as modificações de Valter Pereira e recomendou a aprovação.